



ATA DA 314ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e oito, às quatorze horas, no auditório da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE teve início à 314ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Juliano Sousa Matos, presidente, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH. Estiveram presentes os conselheiros: Ana Maria de Lima Santos, representante da Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA; Carlos Sodré e Silvana Nunes da Costa, representantes da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI; David Dias de Carvalho, representante da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Romeu Temporal, representante da Secretaria do Planejamento - SEPLAN; Jackson Bonfim de Carvalho, representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia - FETAG; Iglesias Cabalero, representante do Instituto de Ação Ambiental da Bahia - IAMBA; João Lopes de Araújo, representante da Associação de Agricultores Irrigantes da Bahia - AIBA; José Cisino Menezes Lopes, representante da Cooperativa de Desenvolvimento do Agronegócio do Oeste da Bahia - CODEAGRO; José Roberto C. Pinto, Organização Sócio Ambientalista Pró-Mar; José Roberto Celestino, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCO; Lorene Louise Silva Pinto, representante da Secretaria da Saúde; Irundi Edelweiss, representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB; Sergio de Almeida Bastos, representante do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - COFIC; Manoel Adeodato de Souza Menezes Filho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicoara; Pablo Vilanueva, representante da Associação Rosa dos Ventos; Emídio Neto, representante do Grupo Ecológico Humanista Papamel; Luis Ricardo Montagna, representante da Associação Cultural Arte e Ecologia - ASCAE; Paulo Vila Nova, representante do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia - IESB; Pablo Vilanueva, representante da Associação Rosa dos Ventos; Marinélia Dias, representante do Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia - TERRA VIVA; Isabel Ligeiro, representante do Instituto de Defesa, Estudos e Integração Ambiental - IDEIA; Luis Fernando Galvão, representante do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado da Bahia - SINDIBRITA; Luiz Tarciso Pamponet, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB; Jonas Dantas, representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia - CREA/BA; César Carqueija, representante do Conselho Regional de Biologia 5ª Região - CRBio5; Marina Ferreira, Carla Mariane e Jader da Silva, Celeste Simões e Kitty Tavares da Secretaria Executiva do CEPRAM; Silvio Orrico, Ruy Muricy, Claudia Ferreira, Maria Auxiliadora e Teresa Muricy, representantes do Centro de Recursos Ambientais - CRA; Vitor Sarno, representante da Superintendência de Recursos Hídricos - SRH, além de convidados. Constaram em pauta: abertura da sessão; Apresentação da Revisão da Lei 10.431 de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia; Definição do Delegado Nato do setor empresarial para a Conferência Estadual de Meio Ambiente; Apreciação da Ata da 313ª Reunião Ordinária; Processos adiados e novos; O que o correr. O conselheiro Juliano Matos, presidente do Conselho, cumprimentou a todos e como havia *quorum* regimental, a sessão foi aberta. Maria Gravina Ogata apresentou as contribuições para a Lei 10.431 que foram consolidadas. O presidente Juliano Matos agradeceu e informou que a versão apresentada estava em discussão pelo Governo; em seguida cedeu espaço para as discussões: o conselheiro Luiz Galvão colocou a necessidade da Secretaria ter um Protocolo unificado que facilitaria a tramitação de processos, bem como a integração da equipe multidisciplinar; falou que nessa nova Lei deveria ser definido no ordenamento jurídico ambiental qual o valor do licenciamento. O conselheiro José Cisino falou sobre o complicador para efetivação de averbação de reserva legal; alertou sobre a questão da compensação ambiental. O conselheiro Paulo Vila Nova sugeriu que fosse estruturado um grupo de trabalho para analisar ponto a ponto da lei. Maria Gravina ressaltou e agradeceu a importância da colaboração incansável dos representantes dos vários segmentos, o envolvimento das representantes da Procuradoria para que facilitasse os trabalhos, principalmente quando da sua tramitação pela Procuradoria Geral do Estado - PGE. O presidente Juliano Matos registrou que a Casa Civil tinha intenção de encaminhar este Projeto de Lei juntamente com outros projetos no dia 18 de fevereiro; sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho que totalize e faça a discussão de todas as contribuições que deverão ser apresentadas ou a Secretaria Executiva receberia essas contribuições separadamente, classificando-as para consolidação durante uma reunião extraordinária. O conselheiro Irundi sugeriu que formasse um grupo de trabalho paritário objetivando trabalhar num curto prazo. O conselheiro Iglesias sugeriu que o grupo do Conselho apresentasse uma proposição política de todo trabalho elaborado e responderia as questões mais relacionadas, estudaria estas propostas paralelas ao grupo de trabalho criado para colher as contribuições e sistematizá-las; sugeriu a concessão de ad referendum de forma que não possa criar nenhum entrave. Por fim, o presidente colocou as duas propostas em votação, ou seja, a criação de

um novo Grupo de Trabalho paritário e a permanência do GT já existente. Foi proposto que os Conselheiros encaminhasse os ajustes finais a Secretaria Executiva do CEPRAM para elaborar um documento final a ser apresentado ao plenário com justificativas. Em seguida, o resultado da votação foi dado pela criação de um novo grupo formado pelos conselheiros: COFIC e ABAF; SEMARH e SEAGRI; IESB e ROSA DOS VENTOS. Passou para a apresentação da apreciação da Ata da 313ª reunião ordinária que foi aprovada com alterações. Foi indicado como delegado nato representante do segmento empresarial o conselheiro Sergio Bastos. Passou para o Relato de Processos: Processo nº 2007-000701/TEC/LL-0004, LIZ CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÕES, Termo de Referência para Licença de Localização, município de Camaçari, conselheiro relator Sergio Bastos que apresentou voto favorável recomendando que o CRA proceda ao encaminhamento para elaboração do EIA/RIMA e depois de analisado submeter ao Conselho tendo em vista não haver uma localização definida. Foi colocado em discussão e aprovado por unanimidade. Passou para o Processo 2005-006158/TEC/LL-0053. EMBASA S/A, referente ao Termo de Referência para Licença de Localização para Sistema Integrado de Abastecimento de Água no município de Cafarnaum, que teve Ad Referendum através da Resolução nº 3812, conselheira relatora Letícia Nobre que apresentou voto favorável. Foi colocado em discussão e aprovado por unanimidade. Passou para o Processo nº 2003-004551/TEC/LL-0028, Prefeitura Municipal Coronel João Sá, referente ao Termo de Referência para Licença de Localização para construção da Barragem de Gasparino que teve Ad Referendum através da Resolução nº 3811, conselheira relatora Vera Frazão que apresentou voto favorável. Foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O conselheiro Iglesias Cabalero relator solicitou adiamento ao Processo nº 2006-000405/TEC/LO-0011, CLUB MED BRASIL S/A. O Processo nº 14200700776821, Prefeitura Municipal de Mortugaba, referente a Recursos de Multa, conselheiro relator Jackson dos Santos que apresentou voto favorável pela manutenção da penalidade da multa. Foi colocado em discussão e foi aprovado por unanimidade. Processo nº 2003-003515/TEC/LI-0026, ENERBRÁS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA, referente ao atendimento de condicionante aplicado a Licença de Implantação, conselheiro relator Emídio Neto que apresentou voto favorável ao cumprimento do condicionante e foi aprovado por unanimidade. Processo nº 2007-003923/TEC/LL-0039, TITÂNIO GOIÁS MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, referente ao Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA para Licença de Localização de mineração de estação de minério e titânio no município de Presidente Tancredo Neves, conselheiro relator David Dias que apresentou voto favorável. A conselheira Isabel Ligeiro solicitou destaque ao processo e apresentou um documento com questionamentos originado da Igreja Católica do referido município com propostas ao CEPRAM: 1) que os estudos técnicos realizados pela empresa sejam analisados pelo CRA e pelas organizações competentes; 2) sugeriu que o CRA realize estudos técnicos uma vez por mês antes de liberar a Licença; 3) que o CEPRAM analise e apresente Parecer sobre os estudos técnicos; 4) solicitou uma visita técnica do Conselho ao local; 5) promover debate mais amplos entre a comunidade e outros atores. Foi dada a palavra ao coordenador Ruy Muricy do CRA que esclareceu que a Legislação Ambiental não contemplava a possibilidade do CRA se fazer um estudo; registrou que o Termo de Referência garantiria uma orientação para elaboração dos estudos e durante este processo o CRA fará o acompanhamento parcial; ressaltou que está sendo criado mecanismo que possa evitar maiores transtornos que causem impactos ao meio ambiente. O conselheiro Emídio Souza sugeriu a criação de uma Comissão para Acompanhamento do Projeto com a participação dos segmentos da comunidade. Após as discussões foi aprovado por unanimidade. O presidente informou que foi definido que a 1ª. Reunião extraordinária será realizada no dia 12 de fevereiro, no auditório do CREA-BA juntamente com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH para discutir as contribuições propostas das Leis nºs 10.431 e 10.432/06. Passou para O que Ocorrer: O conselheiro Emídio Souza reiterou o atendimento as solicitações ao CRA ressaltando a questão do Termo de Compromisso de Ajuste e Conduta da empresa Doce Mel; A conselheira Isabel Ligeiro reteceu atendimentos aos encaminhamentos de denúncia de construção em área de ZPV, em Tinaré-Gamboá; construção de estrada Tinaré-Boipeba sem licenciamento. O conselheiro Pablo Vilanueva solicitou informações a Secretaria Executiva quanto ao indeferimento do pedido de inscrição da entidade ambientalista PRESERVA no Cadastro da Comissão de Entidades Estadual – CEEA. Kitty Tavares solicitou que os conselheiros apresentem sugestões de temas na próxima reunião ordinária do Conselho, no dia 29 de fevereiro. O presidente Juliano Sousa Matos agradeceu a presença de todos. Como não havia mais nada a ser discutido, a sessão foi encerrada às 17h30. Eu, Eliuda Soares, lavro e assino esta ata com os demais membros representantes. Salvador, 25 de janeiro de 2008.

Presentes:

Membros:

Ana Maria de Lima Santos – SEINFRA

Carlos Sodré e Silvana Nunes da Costa – SEAGRI

César Carqueija – CRBio5;

David Dias de Carvalho – SICM

124 Emídio Neto – Papamel
125 Iglesias Cabalero – IAMBA
126 Irundi Edelweiss – FIEB
127 Isabel Ligeiro – IDEIA
128 Jackson Bonfim de Carvalho – FETAG
129 João Lopes de Araújo – AIBA
130 Jonas Dantas – CREA/BA
131 José Cisino Menezes Lopes – CODEAGRO
132 José Roberto C. Pinto - Pró-Mar
133 José Roberto Celestino – SINAENCO
134 Lorene Louise Silva Pinto – SESAB
135 Luis Fernando Galvão – SINDIBRITA
136 Luis Ricardo Montagna – ASCAE
137 Luiz Tarciso Pamponet – FAEB
138 Manoel Adeodato de Souza Menezes Filho Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibicoara
139 Marinélia Dias – TERRA VIVA
140 Pablo Vilanueva - Rosa dos Ventos
141 Paulo Vila Nova – IESB
142 Romeu Temporal – SEPLAN
143 Sergio de Almeida Bastos – COFIC
144 **Secretaria Executiva/SEMARH/SDS**
145 Celeste Simões
146 Jader Silva
147 Marina Ferreira
148 Carla Mariane
149 **CRA:**
150 Claudia Ferreira
151 Elizabeth Wagner - diretora
152 Maria Auxiliadora
153 Silvio Orrico - diretor
154 Teresa Muricy